



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

**Procedimento Administrativo nº 027/2022**

**SIMP nº 000055-088/2022**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) nº 06/2024**

***Termo de ajustamento de conduta que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Piauí e a Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI, tendo por objeto a regularização do Portal da Transparência.***

Aos 28 dias do mês de novembro de 2024, às 10h00min, presentes, em ambiente virtual, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, por sua representante legal, Promotora de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça de Picos, Dra. Karine Araruna Xavier, no uso de suas atribuições legais, e, com fulcro nas disposições contidas nos artigos 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, e artigo 27, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 8.625/93; e artigo 37 da Lei Complementar Estadual nº 12/93, doravante denominada COMPROMITENTE, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE MONSENHOR HIPÓLITO-PI**, inscrita no CNPJ sob nº 04.967.265/0001-14, com sede na Rua Carlos Libório, 101, Centro, na cidade de Monsenhor Hipólito-PI, CEP: 64.650-000, doravante chamada de COMPROMISSÁRIA, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Clemilson da Silva Bezerra, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF sob nº 626.405.183-72, residente e domiciliado na Rua 13 de maio, nº 110, Centro, na cidade de Monsenhor Hipólito-PI, CEP: 64.650-000, acompanhado da Advogada Ana Sophia Bezerra, OAB-PI nº 24.284, celebram o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, em conformidade com o disposto no artigo 5º, §6º, da Lei nº. 7.347/85, mediante os termos adiante transcritos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, nos termos do art. 129, III, da Constituição da República de 1988, é o órgão incumbido de “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

**CONSIDERANDO** que, em consonância com o art. 127 da Carta Magna de 1988, a primazia do interesse público tem a indisponibilidade do bem jurídico como sentido tradicional das funções do Ministério Público, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**CONSIDERANDO** que os princípios e as normas estatuídas pelo Código de Processo Civil de 2015 incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, cuja diretriz eleva os poderes da ação resolutive, superando-se a forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença;

**CONSIDERANDO** que a Resolução CNMP nº 118, de 1º de dezembro de 2014, recomendou a implementação geral de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, o que foi referendado ainda pela Recomendação CNMP nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro;

**CONSIDERANDO** que o compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração, conforme a Resolução CNMP nº 179, de 26 de julho de 2017;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**CONSIDERANDO** que o Termo de Ajustamento de Conduta é a forma extrajudicial mais célere de regularização de condutas administrativas desviadas no âmbito no âmbito da tutela do Patrimônio Público;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do art. 3º da Resolução CNMP nº 179, de 26 de julho de 2017, o compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento correlato, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis;

**CONSIDERANDO** que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Município e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, *ex vi*o disposto no artigo 1º, *caput*, da Carta Política;

**CONSIDERANDO**, que, nos termos do artigo 3º da Constituição da República Federativa do Brasil, constituem objetivos fundamentais da República:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

**CONSIDERANDO**, que nos termos do artigo 5º da Constituição, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos que assegura”;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**CONSIDERANDO**, que a informação se consubstancia em direito fundamental do cidadão, *ex vi* o disposto no artigo 5º, inciso XIV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**CONSIDERANDO**, que *“Democracia é, na estrutura constitucional da Lei Fundamental, forma de racionalização do processo político. (...) Ele fundamenta responsabilidade e cria possibilidade de realizar essa responsabilidade. Ele não deixa o procedimento de formação de vontade política na obscuridade dos pactos ou decisões dos detentores do poder incontroláveis, senão o põe fundamentalmente na luz do público. A racionalidade do processo político, com isso ganha, é naturalmente menos uma tal do curso sem atritos funcional, em comparação, tanto mais uma tal da visibilidade, clareza, inteligibilidade: racionalidade substancial, que primeiro possibilita participação ativa e é base da legitimidade estatal.”* (HESSE, Konrad. Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha. 20ª ed. alemã, p. 123);

**CONSIDERANDO**, que a publicidade foi erigida à categoria de princípio norteador da Administração Pública direta e indireta, consoante redação do artigo 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**CONSIDERANDO**, o conteúdo doutrinário do princípio da publicidade, imortalizado na lição do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello: *“Deveras, se os interesses públicos são indisponíveis, se são interesses de toda a coletividade, os atos emitidos a título de implementá-los não de ser exibidos em público. O princípio da publicidade impõe a transparência na atividade administrativa exatamente para que os administrados possam conferir se está sendo bem ou mal conduzida”* (in Curso de direito administrativo. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2014);

**CONSIDERANDO** que o Princípio Constitucional da Publicidade,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

segundo dispõe o Promotor de Justiça do Estado do Paraná Rodrigo Leite Ferreira Cabral, impõe ao administrador o dever de dar amplo conhecimento ao povo sobre como está sendo gerida a coisa pública (*res publica*) e como vem agindo aquelas pessoas a quem foi outorgado o dever-poder de administrar o aparato estatal. (*in* O princípio da publicidade e o dever jurídico-constitucional de veiculação de informações sobre a administração pública na internet, extraído do sítio virtual <http://www.ceaf.mp.pr.gov.br/arquivos.>);

**CONSIDERANDO**, que José Joaquim Gomes Canotilho chamou esse dever de publicidade de **direito de arquivo aberto**: “**O direito ao arquivo aberto deve hoje conceber-se não apenas como o direito a obter informações por parte dos cidadãos, mas também como direito a uma *comunicação aberta* entre as autoridades e os cidadãos. A comunicação aberta implicará, entre outras coisas, o dever de a administração *fornecer ativamente informações* (ex.: colocar os dados informativos na Internet, criar *sítes adequados, ofertas online*)** (*in* CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional, editora Almedina., 7ª ed., p. 516);

**CONSIDERANDO**, que uma das diretrizes gerais fixadas no Estatuto da Cidade refere-se à gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

**CONSIDERANDO**, o disposto no artigo 48, *caput*, da Lei Complementar 101/2000, cuja redação segue abaixo transcrita:

*São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

*leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

**CONSIDERANDO**, o disposto no artigo 48, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar 101/2000, com a redação que lhe foi conferida pela Lei Complementar 131/2009:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

[...]

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

[...]

**CONSIDERANDO**, nos termos do artigo 48-A, da Lei Complementar 101/2000, acrescido pela Lei Complementar 131/2009, que “são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos”;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**CONSIDERANDO**, que a transparência será igualmente assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, e adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A;

**CONSIDERANDO**, que o princípio da publicidade, na sua acepção máxima, que na situação em comento seria a publicação dos atos administrativos, dados patrimoniais, receitas, despesas e controle de pessoal na rede mundial de computadores, trata-se de consectário lógico do princípio da moralidade administrativa, também erigido à categoria de princípio constitucional – art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, já que permitiria o acesso instantâneo destes dados por todos os interessados;

**CONSIDERANDO**, que o acesso facilitado às informações à população decorre, também, do princípio da eficiência (CR, art. 37, *caput*), assim conceituado por Alexandre de Moraes:“(...) o princípio da eficiência é o que impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitem-se desperdícios e garantir-se maior rentabilidade social. Note-se que não se trata da consagração da tecnocracia, mas, muito pelo contrário, o princípio da eficiência dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

prestação dos serviços sociais essenciais à população, visando à adoção de todos os meios legais e morais possíveis para a satisfação do bem comum.” (in MORAES, Alexandre. Reforma Administrativa, Emenda Constitucional n. 19/98, 3ª ed., p. 30);

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 6º, inciso I, da Lei de Acesso à informação (Lei 12.527/2011), *ipsis litteris*: “**Art. 6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação**”;

**CONSIDERANDO**, que a efetivação do princípio constitucional da publicidade nos moldes acima entabulados deve pontuar a gestão de administradores empenhados em primar por um governo transparente e participativo;

**CONSIDERANDO** que tramita nesta Promotoria de Justiça Procedimento Administrativo, Protocolo SIMP nº 000055-088/2022, instaurado para acompanhar a regularidade do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI;

**CONSIDERANDO** que passados mais de 02 (dois) anos da instauração do referido Procedimento Administrativo, remanescem irregularidades no sítio eletrônico do Portal da Transparência da mencionada câmara, conforme mostra *checklist* juntado aos autos (ID: 60384431).

**RESOLVEM:**

Após amplos esclarecimentos e debates, celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**, com força de título executivo extrajudicial, com





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347 de 24.07.1985); artigos 25, 26 e 27, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993) e artigos 2º, 36, 37 e 38 da Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 12, de 18.12.1993), a fim de viabilizar e normatizar o Princípio Constitucional da Publicidade (art. 37, caput, da CRF/88), em observância à Lei de Acesso à Informação, à Lei de Licitações, ao Decreto nº 7.185/2010, à Lei de Responsabilidade Fiscal no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Tem o presente Termo de Compromisso como objeto a *maior transparência na gestão pública mediante a publicização da veiculação de informações sobre a Administração Pública na Internet*, referente à Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI, dando aplicabilidade máxima e atual ao princípio constitucional da publicidade (art. 37, *caput*, CF), assegurando o direito fundamental à informação (art. 5º, inc. XIV, CF) e a gestão democrática da cidade (arts. 2º, inc. II, e 43-45 da Lei 10.257/2001), além de promover a concretização do disposto na Lei de Acesso à Informação, na Lei de Licitações (14.233/2021), no Decreto nº 7.185/2010, à Lei de Responsabilidade Fiscal, após ter sido apurado que o Portal da Transparência da Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI não contém informações suficientes que permitam o controle público da gestão democrática dos recursos públicos, estando em desconformidade com os diplomas legais citados.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A COMPROMISSÁRIA se compromete a, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias**, inserir no seu sítio virtual, os seguintes dados:

a) **Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público**, consoante o art. 8º, § 1º, I, da Lei de Acesso à Informação;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

b) **Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades**, nos termos do art. 8º, § 1º, V, da Lei de Acesso à Informação;

c) **Atualização das informações disponíveis para acesso**, consoante o art. 8º, § 3º, VI, da Lei de Acesso à Informação;

d) **Indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio**, nos moldes do art. 8º, § 3º, VII, da Lei de Acesso à Informação;

e) **Serviço de informações ao cidadão**, nos órgãos e entidades do poder público, em local e condições apropriadas para: **a)** atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; **b)** informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; e **c)** protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações, nos moldes do art. 9º, I, da Lei de Acesso à Informação;

f) **Informações quanto à realização de audiências públicas ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação**, com base no art. 9º, II, da Lei de Acesso à informação;

g) **Informações sobre servidores cedidos por outros órgãos**, indicando nome, cargo e órgão de origem;

h) **Informações sobre servidores temporários**;

i) **Gastos com cartão corporativo**;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**j) Valores referentes às verbas de representação, de gabinete e reembolsáveis de qualquer natureza além de valores recebidos de verbas indenizatórias;**

**k) Sistema de controle de estoque, com lista mensal das entradas e saídas de material e nome do servidor responsável pelo controle;**

**l) Leis e atos normativos municipais;**

**m) Disponibilização integral de todos os processos licitatórios (inclusive os casos de dispensa e inexigibilidade, devendo haver, ainda, aba específica para as contratações diretas, com indicação da justificativa) em andamento e já realizados, em que se deverá publicar o edital, o nome das empresas chamadas e efetivamente participantes, a ata de julgamento, as decisões e os contratos administrativos deles decorrentes e os seus aditivos, bem como o nome do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos;**

**n) Convênios firmados com o Estado e com o Governo Federal;**

**o) Relação de cessões, permutas e doação de bens;**

**p) Dados relativos às compras realizadas pelo Município (relação de todas as compras feitas, acompanhadas das respectivas notas fiscais);**

**q) Dados relativos ao processo de execução de despesas, nos termos do art. 7º, I, “b” e “e”, bem como do art. 7º, II, “a”, “b” e “c” do Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010;**

**r) Informações quanto à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos**





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento, bem como informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município** (incluindo publicação dos orçamentos e suas respectivas emendas, bem como os respectivos balanços do exercício anterior e os relatórios bimestrais e quadrimestrais da execução orçamentária, além dos dados constantes da Lei n. 9.755/98), nos termos do art. 48, I e II da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**s) Informação em relação à adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48- A da Lei de Responsabilidade Fiscal**, nos termos do art. 48, parágrafo único, III, da LRF;

**t) Disponibilização a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado. Além da disponibilização do acesso a informações referentes ao lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários**, nos moldes do art. 48-A, I e II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

**u) Dados referentes à aplicação de recursos oriundos de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, e aplicação em serviços de saúde**, em conformidade com o disposto nos arts. 156,159 e 212 da CF, cumulado com o art. 7º da Lei Complementar n. 141/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - As informações devem ser atualizadas, com a seguinte periodicidade:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**Item “c”**: o processo de atualização do site deve ocorrer diariamente;

**Itens “f” e “r”**: quanto às audiências públicas, estas deverão ser disponibilizadas até no máximo 10 (dez) dias da sua realização, quanto aos orçamentos, estes deverão estar disponíveis no sítio virtual da Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI até 06 (seis) de maio de cada ano, os balanços do exercício anterior, até 31 (trinta e um) de julho de cada ano e os relatórios, bimestrais e quadrimestrais, da execução orçamentária, até no máximo 30 (trinta) dias da sua elaboração;

**Itens “i”, “j”, “k” e “o”**: deveram ser publicados relatórios mensais, até o (10) décimo dia útil de cada mês;

**Itens “p” e “q”**: até no máximo 30 (trinta) dias da elaboração dos respectivos relatórios de execução orçamentária;

**Item “t”**: até no máximo 05 (cinco) dias, a contar do ato praticado, bem como do lançamento e do recebimento de toda a receita das unidades gestoras;

**Item “u”**: até no máximo 30 (trinta) dias da elaboração dos respectivos relatórios de execução orçamentária.

**CLÁUSULA QUARTA** - O prazo para o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior será de **60 (sessenta) dias** para a inserção dos dados no sítio virtual da Câmara Municipal de Monsenhor Hipólito-PI, de modo que as atualizações deverão observar os prazos estipulados na cláusula terceira, podendo a COMPROMISSÁRIA, na impossibilidade de cumprimento dos prazos, justificá-los mediante a previsão em atos administrativos fundamentados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

**CLÁUSULA QUINTA** – Fica assegurado à COMPROMITENTE o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula segunda, sem prejuízo das prerrogativas legais a ser por ela exercida, como decorrência da aplicação da legislação federal, estadual e municipal vigentes.

**CLÁUSULA SEXTA** – O não cumprimento parcial ou integral das obrigações assumidas, dentro dos prazos estabelecidos, sujeitará a COMPROMISSÁRIA ao pagamento de multa diária, no valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**, por dia de atraso, nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, além das demais responsabilidades legais cabíveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - As multas previstas neste TAC têm natureza cominatória e não substituem as respectivas obrigações.

**Parágrafo único:** A multa estabelecida passará a fluir a partir do primeiro dia útil seguinte ao do descumprimento da obrigação, independentemente de prévia notificação ao representante legal da COMPROMISSÁRIA, cessando apenas quando este comprovar, por escrito, que a implementou.

**CLÁUSULA OITAVA:** As partes elegem o foro da comarca de Picos-PI para dirimir qualquer litígio decorrente do presente termo. E, por estarem de acordo com as cláusulas retrotranscritas, firmam o presente compromisso, para todos os efeitos legais na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA NONA:** O presente Termo de Compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985 e artigo 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PICOS**

---

órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, bem como a aplicação de medidas de cunho penal.

Portanto, justos e acertados, firma-se o presente termo de compromisso para que surta seus jurídicos e legais efeitos. O presente termo vai assinado pelos respectivos representantes.

Picos-PI, 28 de novembro de 2024.

*(assinado digitalmente)*

**KARINE ARARUNA XAVIER**

**Promotora de Justiça titular da 1ª PJ de Picos-PI**

  
**CLEMILSON DA SILVA BEZERRA**  
**COMPROMISSÁRIO**

**ANA SOFIA BEZERRA**  
**ADVOGADA OAB-PI Nº 24.284**